

QUE FAZER COM O PATRIMÔNIO E AS COLEÇÕES CIENTÍFICAS COLONIAIS DEPOIS DO FIM DO IMPÉRIO?

José Pedro Sousa Dias¹

95

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

RESUMO

Em 1975, quando teve lugar a independência das últimas grandes colónias, o governo português decidiu manter de pé a principal estrutura estatal de investigação colonial, com o objetivo de funcionar como um instrumento de cooperação e diplomacia, mudando a sua designação para Instituto de Investigação Científica Tropical. Desligado da sua missão primitiva e com uma estrutura muito pesada e onerosa para as suas novas atribuições, em 2015 este Instituto acabou por ser extinto e incorporado na Universidade de Lisboa. Neste processo, a Universidade integrou um apreciável património, incluindo coleções histórico-científicas e um Jardim Botânico Tropical, que passou a ser gerido conjuntamente com o Museu Nacional de História Natural e da Ciência (MUHNAC)/Museus da Universidade de Lisboa. O presente artigo apresenta as principais linhas de orientação para a preservação e valorização deste património no desenvolvimento um programa de atividades científicas, educativas, culturais e lúdicas, no âmbito da difusão da cultura sobre a história e memória da ciência e da técnica nos descobrimentos, na expansão e na colonização portuguesas.

PALAVRAS-CHAVE:

Patrimônio colonial; Coleções científicas; Ciência colonial; Museus coloniais; Portugal

ABSTRACT

In 1975, at the time of the independence of the last large colonies, the Portuguese government decided to maintain the main public structure of colonial research, as an instrument of cooperation and diplomacy, changing its name to Instituto de Investigação Científica Tropical. Disconnected from its primitive mission and with a very heavy and costly structure, this Institute was extinguished in 2015 and incorporated in the University of Lisbon. In this process, the University integrated a considerable heritage, including historical-scientific collections and a Tropical Botanical Garden, which began to be managed jointly with the National Museum of Natural History and Science (MUHNAC) / Museums of the University of Lisbon. This article presents the main guidelines for the preservation and valorisation of this heritage in the development of a program of scientific, educational, cultural and recreational activities, in the context of the diffusion of culture on the history of science and technology in the Portuguese discoveries, Expansion and colonization.

KEYWORDS:

Colonial heritage; Scientific collections; Colonial museums; Colonial Science; Portugal

¹Museu Nacional de História Natural e da Ciência, Universidade de Lisboa (MUHNAC-ULISBOA) e Instituto de História Contemporânea, Grupo de Ciência: Estudos de história, filosofia e cultura científica (CEHFCI-UEVORA)

Introdução

Em 2015, quarenta anos depois do fim do império colonial português, o Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), herdeiro das várias estruturas dedicadas à ciência colonial criadas em Portugal desde finais do século XIX, foi extinto e incorporado na Universidade de Lisboa. Enquanto a maior parte dos investigadores foi integrada em escolas, principalmente no Instituto Superior de Agronomia e na Faculdade de Letras, as coleções científicas, o Jardim Botânico Tropical (incluindo o Palácio Calheta situado no seu topo) e uma pequena parte do pessoal passaram a estar ligados a uma unidade especializada da Universidade, que mantém a mesma denominação do Instituto antes da extinção e é gerida conjuntamente com o Museu Nacional de História Natural e da Ciência (MUHNAC)/Museus da Universidade de Lisboa. Esta integração terminou um longo processo de agonia e crise identitária do Instituto, iniciado com a independência das últimas colónias portuguesas em 1975.

Contrariamente ao que aconteceu em países como a Grã-Bretanha, a França, a Bélgica ou a Holanda[Aldrich 2010], em Portugal, no momento do fim do Império, existiam coleções, algumas em museus, mas na metrópole não existia nenhum grande museu maioritariamente de âmbito colonial. O Instituto de Investigação Científica Tropical era um bom exemplo desta situação. As instituições que lhe deram origem mantiveram durante algum tempo o Museu Agrícola Colonial (MAC) e deram origem ao Museu Nacional de Etnologia (MNEt), mas o Instituto não dispunha de qualquer museu no momento da sua extinção. Apesar disso, reunia um apreciável espólio de objetos científicos e tinha desenvolvido um relevante trabalho expositivo durante as últimas décadas.

O Museu Agrícola Colonial manteve uma existência relativamente modesta, sempre ligado ao Jardim Colonial², a denominação primitiva do atual Jardim Botânico Tropical. Previsto no decreto que criou o jardim, em 1906, só terá começado a ser instalado, no Palácio Calheta, dez anos depois e só foi inaugurado em 1929. O Museu destinava-se a divulgar os produtos agrícolas e florestais das colónias portuguesas, as suas potencialidades económicas e os seus usos sociais e culturais. Paralelamente devia apoiar o ensino da agronomia e da silvicultura coloniais. Inicialmente organizado segundo o critério geográfico da proveniência dos produtos, enviados pelas administrações de cada uma das colónias portuguesas, passou em 1961 a organizar-se em função dos produtos expostos: cereais, frutos, legumes, oleaginosas, plantas medicinais, etc. Além destes produtos e de alguns exemplares de fauna, o Museu expunha também utensílios domésticos, alfaia agrícola e artesanato. Em 1983, ainda as doze salas do primeiro piso do Palácio Calheta se encontravam ocupadas pelo Museu Agrícola, mostrando ao visitante “as culturas mais em evidência em África, particularmente nos países de expressão portuguesa”. O diploma que nesse mesmo ano estabeleceu a orgânica do novo Instituto de Investigação Científica Tropical, ainda definiu que o Jardim-Museu Agrícola Tropical tinha como competências “Asse-

2 O nome do Jardim foi sendo sucessivamente alterado em função das orientações da política colonial. Em 1944, fundiu-se com o Museu para formar o Jardim e Museu Agrícola (JMA) Colonial, denominação alterada em 1951 para JMA do Ultramar. Em janeiro de 1974, passou a integrar a Junta de Investigações Científicas do Ultramar (JICU). Em 1979, o governo de Maria de Lourdes Pintasilgo extinguiu a Junta, criando em sua substituição o Laboratório Nacional de Investigação Científica Tropical, cuja designação foi substituída pela de Instituto (IICT) em 1982. No ano seguinte, a orgânica do IICT, identificou o JMA Tropical como uma unidade funcional do departamento de ciências agrárias.



Figura 1: Jardim Botânico Tropical. Um dos bustos de Manuel de Oliveira.

gurar a manutenção, e aumentar as coleções de materiais, artefactos e produtos agrícolas e florestais, em especial exóticos, com fins educativos e culturais” e “Desenvolver atividades de intercâmbio científico e museológico”[Governo de Portugal 1983], mas tal não impediu que o museu propriamente dito acabasse por ser fechado.

Atualmente, o que resta do Museu Agrícola Colonial, que inclui objetos recolhidos entre 1906 e 1990, constitui uma das coleções históricas e científicas que se encontram na forma de reserva visitável no Palácio Calheta, juntamente com a xiloteca e as coleções de etnografia da Missão Antropológica de Moçambique (1936-1956), da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné (1946-1947) e da Missão Antropológica de Timor (1953-1970)[Costa et al. 2013]. Além destas, o espólio do IICT atualmente à guarda direta dos Museus da Universidade ainda inclui um herbário, coleções zoológicas, coleções de instrumentos histórico-científicos, bem como bibliotecas e arquivos de documentação e fotografias associados às coleções e missões científicas. Muitas destas coleções são complementares de outras coleções ultramarinas já existentes no MUHNAC (herbário e objetos etnobotânicos da coleção Welwitsch, ictiologia africana, etc.).



Figura 2: Alameda do Jardim Botânico Tropical.

A riqueza do patrimônio histórico e científico, tanto móvel como imóvel, pertencente ao Instituto de Investigação Científica Tropical levou a que fossem desenvolvidos vários estudos durante a última década, tendo em vista a sua valorização museológica, incluindo as dissertações de mestrado de Sara Gomes[Gomes 2012], Cláudia Cardoso[Cardoso 2013] e Karina Santos[Santos 2014]. Apesar do interesse que estes estudos despertaram, a situação vivida pela instituição no período que antecedeu a sua extinção não era favorável a um investimento de fundo tendo em vista uma atividade permanente de difusão da cultura científica tropical entre o grande público. Essa viragem ainda veio a ser considerada pela extinta Estrutura de Missão da Estratégia Integrada de Belém, quando o fim do IICT já era uma certeza, tendo resultado num projeto de recuperação desenvolvido em 2015 por um atelier de arquitetura paisagista.

Com a extinção do IICT, o objetivo de dar um novo uso ao seu património passou definitivamente para a Universidade de Lisboa. Contudo, o desafio que se coloca à Universidade não é o de reconverter para o contexto pós-imperial, um qualquer museu criado para promover entre o público a adesão e o entusiasmo pela empresa colonial. Trata-se sim de criar um projeto que parta do património e das coleções existentes, principalmente do legado que se encontra no Palácio Calheta e no Jardim Botânico Tropical, para abordar de forma crítica o papel da ciência e da técnica num período que marcou a sociedade portuguesa de forma decisiva e duradoura. No presente documento apresentam-se as linhas gerais de um plano para a utilização deste espaço no desenvolvimento de atividades de carácter científico, educativo, cultural e de lazer, no âmbito da preservação e valorização do património e da difusão da cultura científica sobre a ciência tropical e a história e memória da ciência e da técnica nos descobrimentos, na expansão e na colonização portuguesas.

História e património artístico, cultural e natural

O Jardim Botânico Tropical situa-se em Lisboa, na zona monumental de Belém, junto ao Mosteiro dos Jerónimos, o segundo monumento mais visitado de Lisboa³. Ocupa uma área total de cerca de 7 hectares, integrando um parque botânico aberto ao público, com 5 hectares, com um património vegetal especializado em flora tropical. O Jardim, atualmente classificado como monumento nacional, foi criado em janeiro de 1906 pelo diploma que aprovou a organização dos serviços agrícolas coloniais, com a denominação de Jardim Colonial. Foi concebido com funções didáticas e técnico-científicas na agricultura colonial: “O Jardim Colonial é a base indispensável ao ensino. Não bastam as coleções de museu, os herbários ou os exemplares modelados, é indispensável o exemplar vivo para que a demonstração seja rigorosamente científica e educativa, para que o aluno não fique imaginando somente como são os animais e os vegetais, mas tenha a noção viva da realidade”[Governo de Portugal 1906]. A sua direção foi atribuída ao docente de geografia económica e culturas coloniais. Inicialmente instalado nas antigas estufas do Conde de Farrobo e respetivos terrenos anexos, nas Laranjeiras, em espaço atualmente ocupado pelo Jardim Zoológico, a sua transferência para a localização atual, na cerca do Palácio de Belém, foi

3 1.080.000 visitantes em 2016, apenas superado pelo Castelo de São Jorge, com 1.770.000.

decidida em 1912. A adaptação a Jardim Colonial foi dirigida, até finais da década, pelo jardineiro-chefe, o agrónomo francês Henri Navel (1878-1963) [Tribout de Morembert 1965], a quem se devem várias remodelações, incluindo um novo traçado de arruamentos, o grande lago, a construção da estufa e de outras instalações.

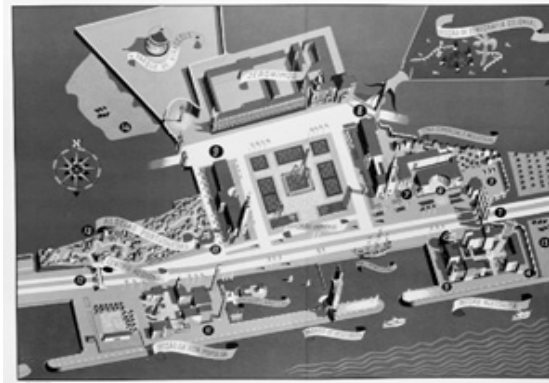


Figura 3: Planta Geral da Exposição do Mundo Português (1940). Perspetiva de Fred Kradolfer, com a Seção de Etnografia Colonial no canto superior direito.

Em 1940, o Jardim foi inteiramente transformado no palco da Secção Colonial, um polo central da Exposição do Mundo Português. Esta Exposição, o maior evento de propaganda do Estado Novo de António de Oliveira Salazar, realizado num momento em que a Europa já se encontrava mergulhada na Segunda Guerra Mundial, ocupou grande parte da zona de Belém (figura 2), numa área de cerca de 560 mil metros quadrados.



Figura 4: Palácio Calheta, fachada sul.

O Jardim Botânico Tropical, que em 2007 foi classificado como monumento nacional, juntamente com o Palácio Presidencial e outros espaços da zona de Belém [Governo de Portugal 2007], encontra-se situado num espaço de quintas e casas de recreio da nobreza portuguesa dos séculos XVI a XVIII. O edifício mais visível é o Palácio Calheta (figura 4), cuja construção foi iniciada no século XVII. Este palácio pertenceu aos Condes da Calheta até ser adquirido por D. João V em 1726. É uma residência nobre de veraneio, de arquitetura barroca [SIPA], com dois pisos, em que o térreo é dominado por um amplo ves-

tíbulos de entrada, que permite a comunicação direta entre o exterior e a galeria e o jardim formal interior. A ligar a galeria e o jardim interior, existe uma escadaria e uma ponte de passagem sobre um tanque implantado ao longo da fachada sul. O andar nobre, a que se tem acesso através de uma pequena escadaria de lanços opostos com caixa aberta [Silva 2015], apresenta onze salas e salões diretamente comunicantes entre si e ricamente decorados com azulejos [Borges 2012], onde se destacam o Salão Nobre e a Sala de Caça, dos finais do século XVII, e a Sala das Batalhas, de princípios do século XVIII.

Outro dos edifícios em destaque é a denominada Casa do Veado, uma casa de fresco ou ermida adaptada a esse uso, provavelmente no século XVIII. O nome é devido à figura animal no seu portal. Esta casa, com trabalho de estuária atribuído a João Grossi, encontra-se atualmente escondida num dos cantos do jardim. Muito perto, mas num plano superior, encontra-se a Casa ou Abrigo de São João, que apesar de lembrar os antigos abrigos de eremitas, terá sido construída já no século XX.

Do século XVIII subsiste ainda vária estatuária em mármore, tanto no jardim como no Palácio, como a Morte de Cleópatra (Roma, 1717) de Giuseppe Mazzuoli (1644-1725) ou a Caridade Romana (Roma, 1737) de Bernardino Ludovici (1693-1749), ambas compradas por D. João V. Da oficina de Joaquim Machado de Castro (1731-1822), escultor da Casa Real nos finais do século XVIII, serão provenientes várias estátuas, como a de Hercules Farnesio (1806), um Fauno Dançante (c. 1800) e Éolo, deus dos ventos (c. 1800).

Do período inicial do Jardim Colonial, em que este foi planificado por Henri Navel, ficaram principalmente a Casa do Jardineiro e a Estufa Principal. A Casa do Jardineiro, com o beiral do telhado decorado com lambrequins recortados em metal de cor verde, foi restaurada em 1992 e tem funcionado como galeria para exposições e eventos temporários. A Estufa Principal é uma estufa de aquecimento, edificada em ferro em 1914, com um portão de entrada decorado, igualmente em ferro. Encontra-se ladeada por duas outras estufas subterrâneas de menores dimensões, construídas em 1947, num estilo totalmente distinto.

A Exposição do Mundo Português (1940) deu origem a várias novas estruturas, como o edifício da Casa Colonial (atualmente denominada Casa da Direção), com painéis de azulejos de temática colonial, o antigo Restaurante Colonial, o Pavilhão das Matérias-Primas e o Arco de Macau. São igualmente deste período os catorze bustos africanos e asiáticos [Rodrigues 2016] que o escultor Manuel de Oliveira produziu para a “Galeria dos Povos do Império” da Secção Colonial da Exposição do Mundo Português (figura 1), que povoam o jardim e os dois painéis de madeira em baixo-relevo do escultor Alípio Brandão, expostos no átrio do Palácio Calheta, com temática centrada na agricultura e pesca nas colónias.

O Jardim Botânico Tropical reúne um conjunto de cerca de 600 espécies originárias de vários continentes. A maioria é de origem tropical ou subtropical, mas algumas são originárias de regiões temperadas. “São, muitas delas, plantas que nos trazem à memória os navegantes portugueses que, na época dos descobrimentos, desvendaram as riquezas naturais de paragens longínquas e as difundiram pelo mundo” [Duarte 2017].

O conceito

A Universidade propõe-se a desenvolver aqui um espaço dedicado à história da ciência e da técnica nos descobrimentos, na expansão e na colonização portuguesas e à divulgação da ciência tropical. O programa proposto para o conjunto do Jardim Botânico Tropical, incluindo o Palácio Calheta assenta no desenvolvimento de atividades de caráter científico, educativo, cultural e de lazer, no âmbito da preservação e valorização do património e da difusão da cultura científica sobre a ciência tropical e a história e memória da ciência e da técnica nos descobrimentos, na expansão e na colonização portuguesas.

Esta proposta visa integrar o programa expositivo no Palácio Calheta com o próprio Jardim, tanto no que respeita à predominância da flora tropical e sub-tropical como com as marcas – arquitetónicas e escultóricas – ainda aí presentes do Jardim Colonial e da Secção Colonial da Exposição do Mundo Português. Ela resulta dos seguintes fatores e condicionantes:

1. A missão e responsabilidades da Universidade, em resultado da extinção por fusão do IICT, I.P., nomeadamente no que respeita à promoção da difusão pública da história, memória e cultura da investigação tropical e dos seus conhecimentos e resultados e à conservação, estudo e valorização do património histórico e das coleções científicas relativos às regiões tropicais.

2. A história do próprio local, com uma associação ao conhecimento desenvolvido por Portugal nos trópicos, que se manteve constante desde a criação do Jardim em 1906.

3. A atual imagem pública do Jardim, centrada na botânica tropical, que resulta tanto da sua denominação como da longa associação à agricultura colonial e à investigação tropical.

4. A natureza das coleções científicas do IICT, agora incorporadas na Universidade.

5. A inserção na zona de Belém-Ajuda, onde a temática dos descobrimentos e da expansão ultramarina ocupa uma indiscutível centralidade, patente em vários dos monumentos e equipamentos culturais presentes (Mosteiro dos Jerónimos, Torre de Belém, Padrão dos Descobrimentos, Museu de Marinha e Jardim Botânico da Ajuda).

6. A sustentabilidade a médio e longo prazo do projeto, que implica uma articulação simbiótica com o Museu de História Natural e da Ciência, tanto ao nível da partilha e gestão conjunta de recursos, como da missão, programa e projeção pública de imagem.

Importa, em particular, definir programas museológicos para ambos os espaços que tirem o máximo partido de cada, em função da localização, tipo de públicos e características arquitetónico-espaciais e patrimoniais e evitem confusões de imagem passíveis de alienar visitantes. Um dos aspetos a considerar tem a ver com a riqueza do património azulejar do Palácio, que permite uma narrativa adicional nos espaços expositivos, mas introduz limitações importantes na sua construção cénica. Nesse sentido, os espaços expositivos do Museu de História Natural e da Ciência apresentam maior plasticidade, permitindo uma melhor adaptação a exposições temporárias de algum fôlego.

A utilização deste espaço na difusão da cultura científica relacionada com os trópicos e com a história da ciência e da técnica nos descobrimentos, na expansão e na colonização portuguesas permitirá concentrar na zona de Belém

uma componente importante sobre o papel dos portugueses nos descobrimentos e na expansão europeia: a do conhecimento científico e do seu ensino, incluindo a história dos navios, da arquitetura e da construção naval, da ciência náutica e da navegação oceânica, da pilotagem, da astronomia, da cosmografia, da cartografia, da geografia, da botânica, da zoologia, da geologia e da saúde. Uma parte desta narrativa, a que respeita principalmente aos séculos XIX e XX, assentará naturalmente nas coleções do IICT e do Museu de História Natural e da Ciência. Mas todo o período cronológico anterior necessitará de uma abordagem com forte recurso ao uso de representações, imagens, reproduções e modelos, constituindo uma boa oportunidade para aplicação de técnicas inovadoras no âmbito da história e do património digitais.

A abordagem desta temática de um ponto de vista expositivo não é inédita, tendo sido já realizadas várias experiências procurando introduzir o grande público em aspetos da ciência e das técnicas nos descobrimentos e na colonização portuguesa, que deverão ser tidas em conta na concretização do programa expositivo para este espaço. A Zoologia encontra-se presente, desde logo em 1940, na Sala do Museu Bocage na Exposição do Mundo Português [Jorge 1942], onde foram exibidos centenas de exemplares capturados nos séculos XVIII e XIX no Brasil, Angola e outras regiões. O Museu de Ciência da Universidade de Lisboa chegou a projetar, para a Primavera de 1992 e sob a direção de Fernando Bragança Gil, uma exposição, denominada “IMAGÍNDIA - O Imaginário Científico nos Descobrimientos Portugueses”⁴, para divulgar os conhecimentos tecnológicos dessa época: a navegação oceânica (tratando da astronomia, da cosmografia e da cartografia), a arquitetura e construção naval e o equipamento militar (artilharia). A exposição nunca chegou a ser concretizada, mas do trabalho realizado resultou o livro *As Naus da Índia*, do Almirante Vasco Viegas [Viegas 1999]. De outubro a dezembro desse mesmo ano, o Instituto de Investigação Científica Tropical realizou no Jardim-Museu Agrícola Tropical uma exposição sob o tema “A acção dos portugueses na expansão das plantas pelo mundo” [Ferrão 1992], abordando sistematicamente a troca de plantas com importância agrícola entre continentes no período dos Descobrimientos. A exposição foi acompanhada pela primeira edição do livro *A Aventura das Plantas e os Descobrimientos Portugueses* de José Eduardo Mendes Ferrão [Ferrão 1992]. Esta exposição e o respetivo livro (objeto de uma terceira edição em 2005) dariam origem em julho de 2007 à exposição itinerante bilingue “As Plantas na Primeira Globalização”, integrada no Programa da Presidência de Portugal da União Europeia [Ferrão 2007]. Já na presente década, a temática da ciência colonial foi tratada nas exposições “Viagens e Missões Científicas nos Trópicos 1883-2010” [Martins e Albino 2010] [Albino 2012], comissariada por Teresa Albino, centrada nos séculos XIX e XX, que teve lugar no Palácio Calheta entre novembro de 2010 e dezembro de 2011, e “360° Ciência Descoberta”, comissariada por Henrique Leitão e Teresa Nobre da Costa, centrada nos séculos XV e XVI, que teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian, entre março e junho de 2013 [Erro: origem da referência não encontrada] [Madruga e Romeiras 2013] [Martinho 2014]. Entre 2002 e 2014, Henrique Leitão comissariou várias exposições de carácter bibliográfico e documental sobre a ciência nos descobrimentos e na expansão portuguesa:

4 A exposição previa nove temas, nesta sequência: Preâmbulo, Sucessos Tecnológicos, A Caravela, A Navegação e o Confronto com o Real, O Caique do Algarve, A Imagem Mítica e Científica de África, A Carta de Pero da Covilhã, Aromática da Índia e Lúdico - Imaginário.

“Pedro Nunes (1502-1578): nouas terras, novos mares, e o que mays he: nouo ceo e nouas estrelas”, de maio a setembro de 2002 na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)[Leitão e Martins 2002][Martins e Leitão 2002], “Sphaera Mundi: A Ciência na Aula da Esfera. Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP”, de fevereiro a abril de 2008, na BNP[Leitão e Martins 2008], “Estrelas de papel: livros de astronomia dos séculos XIV a XVIII”, de abril a julho de 2009 na BNP[Naimova et al. 2009], “Registos do Céu: Astronomia em manuscritos da Torre do Tombo”, de setembro de 2009 a janeiro de 2020, esta no Arquivo Nacional da Torre do Tombo[DGARQ e Torre do Tombo 2016] e “Luís Serrão Pimentel e a Ciência em Portugal no século XVII”, de fevereiro a abril de 2014, na BNP. Sobre saúde, medicina e os descobrimentos portugueses e espanhóis do século XVI, teve lugar no Padrão dos Descobrimentos, de junho a novembro de 2015, a exposição “Alguma mezinha lá dessa terra do cabo do mundo: Laboratório de curas medicinais à escala global”, comissariada cientificamente por Adelino Cardoso.

Apesar de todas estas iniciativas, para além da experiência do próprio Museu Agrícola Colonial, a ciência na expansão e na colonização portuguesas nunca foi o tema de um programa expositivo de carácter permanente. É um programa desta natureza que nos propomos a organizar, centrado numa exposição com o título provisório “A Terra Inteira. Ciência e Técnica nos Descobrimentos, na Expansão e na Colonização portuguesas”, incluindo doze núcleos principais, agrupados em quatro secções: “Uma Cidade aberta para o Mundo”, “Navegar nos Oceanos”, “Um Império sobre as Águas” e “Conhecer e Transformar o Mundo” (cf. tabela 1).

SEÇÃO	NÚCLEO	CONTEÚDO
Uma cidade aberta para o mundo		Lisboa nos séculos XV a XVII - o Tejo
Navegar nos Oceanos		Navegação Oceânica
	Navegar pelos astros	Navegação Astronômica Astronomia. Cosmografia
	Medir e calcular no Mar Alto	Instrumentos de Navegação: astrolábio, quadrante, Balestilha e Agulha de Marear.
	Representar espaços e Caminhos	Cartografia
Um Império sobre as águas		O Desenvolvimento e a transmissão dos conhecimentos técnico científicos necessários para a manutenção de um império marítimo
	Ensinar e Formar Navegadores	Cosmógrafo-mor. Aula de Esfera.
	Construir navios	Arquitetura e construção naval. Caravela. Nau. Galeão.
	Fazer a Guerra no Mar	Equipamento militar. Artilharia
	Cuidar dos Corpos	Saúde, Medicina e Hospitais
Conhecer e Transformar o Mundo		A ciência colonial

	Conhecer os Espaços	Viagens de exploração geográfica e missões geodésicas e cartográficas
	Conhecer as Plantas	Flora, Botânica e Matéria médica. Replantar e aclimatar. Troca de plantas com importância agrícola entre continentes
	Conhecer os Animais	Fauna e Zoologia.
	Conhecer os Povos	Antropologia e Etnografia

Tabela 1: Núcleos da Exposição “A Terra Inteira”

A curto prazo, prevê-se a abertura ao público, em 2018-2019, do espaço do primeiro piso (área útil: 732 m²) do Palácio Calheta, com quatro núcleos principais:

1. Uma exposição centrada nas viagens e missões científicas realizadas nos trópicos a partir de Portugal, nos séculos XVIII a XX. Esta exposição revisitará e adaptará grande parte do conceito e dos materiais da exposição “Viagens e Missões Científicas nos Trópicos”, realizada pelo IICT neste mesmo espaço em 2011, alargando-a de forma a tomar um caráter mais abrangente, incluindo as viagens de exploração de Alexandre Rodrigues Ferreira (1756–1815) e outros naturalistas nos finais do século XVIII e as missões de Friedrich Welwitsch (1806–1872) e José A. Anchieta (1832–1897) em Angola no século XIX. Esta exposição terá um caráter central e contextualizador do conjunto da intervenção museológica até se desenvolver o programa mais vasto anteriormente descrito.

2. Uma área de reserva visitável, constituída pelas coleções que já se encontram no próprio edifício, incluindo o conjunto de peças que pertenciam ao acervo do antigo Museu Agrícola Colonial, a xiloteca e as coleções de etnografia das missões antropológicas de Moçambique, Guiné e Timor.

3. Duas salas para exposições de mais curta duração, onde poderão ser desenvolvidas narrativas específicas, mostradas coleções científicas de instrumentos ou de espécimes de história natural ou expostas instalações desenvolvendo a temática Arte-Ciência.

4. Um conjunto azulejar distribuído por todas as salas do piso nobre, mas com uma temática própria, ligada à história primitiva do edifício. Deste conjunto, destacam-se as Salas das Batalhas e de Caça, pela sua capacidade de estabelecer pontes com as restantes narrativas expositivas (navegação, expansão colonial, engenharia militar, fauna e flora).

Conclusões

O programa anteriormente descrito de forma muito sinóptica é uma tentativa de responder, no contexto muito particular e concreto do extinto IICT, à questão levantada no título deste texto: Que fazer com o patrimônio e as coleções científicas coloniais depois do fim do império? Outras respostas seriam possíveis. Algumas chegaram mesmo a ser formuladas. O Jardim Botânico

Tropical, pela sua riqueza cultural e natural, pela sua beleza e localização, permite as mais variadas utilizações. É nosso entendimento que, sem prejuízo de o jardim poder ser desfrutado de uma forma exclusivamente lúdica, a utilização mais adequada passará pela partilha com o grande público do ato de visitar criticamente a ciência colonial.

Por onde quer que olhemos, a epopeia marítima (e a consequente colonização de territórios ultramarinos) ocupa um lugar decisivo na história da sociedade portuguesa. A sua própria sobrevivência como uma entidade política independente encontra-se a ela diretamente ligada, o mesmo acontecendo com o prolongamento da vigência de estruturas e mentalidades senhoriais, com fortes consequências para a história social, económica e cultural do país. Apesar da enorme relevância cultural da difusão de uma abordagem do passado colonial que apresente um contraponto a décadas de doutrinação ideológica pelo Estado Novo, o plano delineado não visa constituir um museu dedicado aos descobrimentos marítimos. Muito menos pretende ser um museu dedicado à expansão ou à colonização portuguesa. O que se pretende é criar um espaço dedicado à difusão dos temas da cultura científica, relacionados com esses aspetos da história durante os séculos XV a XX, um espaço dedicado ao papel do conhecimento na interface da história da Europa, com a história da África, da Ásia, e da América.

O conhecimento, incluindo o conhecimento sobre a natureza, não é social, económica ou politicamente neutro. A documentação associada às coleções de história natural não contém apenas anotações das observações feitas por naturalistas europeus, incluem igualmente – como no caso das coleções de etnobotânica – a apropriação que eles fizeram dos seus usos pelas populações locais. Não se trata, portanto, de uma mera ciência eurocêntrica, com um objeto tropical e um observador europeu, mas de uma rede global de transferência de conhecimento. O mesmo acontece na história da alimentação ou da saúde, onde o conhecimento é frequentemente apropriado e mesmo alienado das populações que lhe deram origem. O caso da quina é aqui exemplar. Transferido – por um processo de analogia – a partir das populações peruanas que no século XVII eram forçadas ao trabalho de extração mineira da prata, a planta acabou por contribuir de forma muito decisiva para a colonização generalizada da África Subsariana no século XIX - ao fornecer a primeira terapêutica da malária, capaz de permitir a presença em permanência de tropas europeias. Pela própria natureza da ciência colonial, a sua abordagem em contexto expositivo é claramente incompatível com um tratamento dos temas que ignore a interação da natureza e da ciência com as sociedades humanas, como acontece, de forma demasiado frequente, em museus de ciência e história natural.

A transformação, apropriação e utilização do conhecimento em contexto colonial são parte fundamental do processo histórico à escala global. O património e as coleções científicas coloniais são testemunho material deste processo global e dão-nos uma oportunidade única para promover a sua compreensão pública.

Referências

ALBINO, T. *Saber Tropical em Exposição*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2012.

ALDRICH, R. Colonial museums in a postcolonial Europe. In: THOMAS, D. (Ed.). *Museums in Postcolonial Europe*. [S.l.]: Routledge, 2010. p. 12–31. ISBN 978-0-415-63748-0.

BORGES, A. M. *Cores na Cidade. Azulejaria de Santa Maria de Belém*. Lisboa: By the Book para Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, 2012.

CARDOSO, C. *O Jardim Botânico Tropical/IICT e seus espaços construídos: Uma proposta de reprogramação funcional e museológica integrada*. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Museologia e Museografia) — Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

COSTA, M. et al. Criação de Reservas Técnicas para as Coleções Científicas do IICT – work in progress. In: *Homenagem a Luís Elias Casanovas: A Prática da Conservação Preventiva*. [S.l.: s.n.], 2013. p. 195–205.

DGARQ; Torre do Tombo. *Registos do céu, a astronomia em manuscritos da Torre do Tombo*. 2016. Página Web. Disponível em: <<http://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/astronomia/>>.

DUARTE, M. C. *Plantas do Jardim Botânico Tropical*. Lisboa: Jardim Botânico Tropical/Universidade de Lisboa, 2017.

EMEIB. *Proposta de Plano Estratégico Cultural da Área de Belém*. [S.l.]: Estrutura de Missão da Estratégia Integrada de Belém, 2015.

FERRÃO, J. E. M. *A Aventura das Plantas e os Descobrimentos Portugueses*. 1.^a ed. [S.l.]: Instituto de Investigação Científica Tropical; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Fundação Berardo, 1992.

FERRÃO, J. E. M. *A aventura das plantas e os descobrimentos portugueses*. Catálogo. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Fundação Berardo, 1992.

FERRÃO, J. E. M. *As Plantas na Primeira Globalização*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2007.

GOMES, S. I. M. S. *Etnobotânica no Jardim Botânico Tropical: o seu interesse para o público*. Dissertação (Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Antropologia - Área de especialização de Natureza e Conservação) — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.

Governo de Portugal. Decreto que aprova a organização dos serviços agrícolas coloniais e cria em Lisboa o Jardim Colonial. 1906. 367–373 p. Diário do Governo n. 21, de 27 de janeiro de 1906.

Governo de Portugal. Decreto-Lei n.º 160/83. 1983. 1336 – 1350 p.

Governo de Portugal. Decreto n.º 19/2007 de 3 de Agosto. 2007. 5027– p. Diário da República, 1.º série, n.º 149.

IICT. *Jardim e Museu Agrícola do Ultramar*. In: *Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983)*. 100 Anos de História. lict. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983. p. 181–193. 00000.

- JORGE, A. R. A Sala do Museu Bocage na Exposição do Mundo Português. Arquivos do Museu Bocage, v. 12, p. 87–118, 1942.
- LEITÃO, H.; CARVALHO, T. N. (Ed.). 360° Ciência Descoberta. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.
- LEITÃO, H.; MARTINS, L. Pedro Nunes, 1502-1578, Pedro Nunes, 1502-1578: nouas terras, nouos mares, e o que mays he : nouo ceo e nouas estrellas. 2002. Página Web. Disponível em: <<http://purl.pt/40/1/>>.
- LEITÃO, H.; MARTINS, L. Sphaera mundi - a ciência na Aula da Esfera: manuscritos científicos do Colégio de Santo Antão nas colecções da BNP. Lisboa: BNP, 2008.
- MADRUGA, C.; ROMEIRAS, F. M. 360° Ciência Descoberta Um Esboço Historiográfico. Brotéria, v. 176, p. 281–284, 2013.
- MARTINHO, T. D. A história da ciência em exposição. Estudo de caso sobre a mostra 360° Ciência Descoberta. In: Atas do VIII Congresso Português de Sociologia: 40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas. [S.l.]: Associação Portuguesa de Sociologia, 2014.
- MARTINS, A. C.; ALBINO, T. (Ed.). Viagens e missões científicas nos trópicos: 1883-2010. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2010.
- MARTINS, L.; LEITÃO, H. Pedro Nunes, 1502-1578 : novas terras, novos mares e o que mays he : novo ceo e novas estrellas. [S.l.]: Biblioteca Nacional de Portugal, 2002.
- NAIMOVA, H. et al. Estrelas de papel: livros de astronomia dos séculos XIV a XVIII. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.
- RODRIGUES, A. D. A Linguagem do Império nas Esculturas do Jardim Botânico Tropical em Lisboa. Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM), v. 5, n. 1, p. 61–84, 2016.
- SANTOS, K. F. S. Desafios da preservação digital: uma perspectiva orientada aos documentos digitalizados do Arquivo Científico Tropical. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação, especialidade em Arquivística) — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014.
- SILVA, J. P. N. P. Tipologia e evolução de escadarias palacianas nos séculos XVII e XVIII. Caso de estudo: Lisboa. Dissertação (Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura) — Instituto Superior Técnico, 2015. pp. 37, 76 e 207-208.
- SIPA. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico: Palácio Calheta / Palácio do Pátio das Vacas / Museu Agrícola Tropical. Página Web. Disponível em: <<http://www.monumentos.pt>>.
- Tribout de Morembert, H. M. Henri Navel (1878-1963). [S.l.]: Académie nationale de Metz, 1965.
- VIEGAS, V. As Naus da Índia. [S.l.]: Comissão Territorial para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses em Macau, 1999.